



O que narram os livros didáticos sobre a presença do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição no Brasil Colonial? Blasfêmias, Magias e Heresias na América

Tainá Guanini de Oliveira
(Unespar – campus de Paranavaí)
Eulália Maria A de Moraes
(Unespar – Campus de Paranavaí)

Resumo: Há um crescente número de pesquisas sobre o “Tribunal do Santo Ofício da Inquisição” no Brasil Colonial, contudo, quando se trata dos livros didáticos não encontramos abordagens significativa para a presença desse órgão como aparelho repressor que atuou em diversos níveis da sociedade colonial, à saber: religioso, cultural, econômico e/ou político. No contato com a fonte documental o “Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769)” refletimos a necessidade de aliar a produção do conhecimento ao Ensino de História. Desta forma, propomos a utilização de fragmentos da fonte documental como instrumento metodológico na Educação Básica. Justificamos o seu uso devido à dimensão temporal e a compreensão do social favorecendo a observação dos processos de conhecimento e desenvolvimento de indivíduos, grupos, conceitos, mentalidades, assim como as suas permanências. Ao analisarmos algumas confissões elas nos revelam o “cuidado religioso” europeu com o “novo cristão da terra” – pretos, indígenas, mamelucos, mulatos, libertos ou escravos, inquiridos segundo denúncias por práticas consideradas heréticas no século XVIII. Magia, feitiçaria ou bruxarias eram práticas presentes na Europa, na África e na América. Servia a muitos propósitos: da resistência à resignação, do amor ao ódio, da doença à cura; tais práticas eram balsâmicas e explicadora. Como resultado final apresentamos as experiências com as aulas realizadas, fruto da instrumentalização da pesquisa para aplicabilidade em sala de aula, onde desenvolvemos no Ensino de História do Brasil Colônia o entendimento da multiculturalidade como parte da tríade Europa, África e América.

Palavras-chave: Ensino de História; Livro Didático; Santo Ofício da Inquisição; Século XVIII.

Introdução/ Justificativa

Nos últimos anos, houve um alargar no número de pesquisas que tratam sobre a presença do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição em território luso brasileiro, revelando uma nova geração de historiadores que, através de obras baseadas em fontes inquisitoriais portuguesas, trazem à tona diversos aspectos da sociedade colonial que por um bom tempo permaneceram desconhecidos: “conflitos religiosos, corrupções, injustiças, traições, denúncias falsas, negócios internacionais, preços, dívidas, paixões, vinganças, ódios”. Pesquisas essas que acabam por revelarem



também “duas mentalidades opostas que conviviam na Colônia, os crentes e ortodoxos de um lado, os céticos e heterodoxos de outro”. (NOVINSKY, 2019, p.13).

No entanto, ao analisarmos manuais didáticos escolares, constatamos que estes não abordam de maneira significativa a atuação deste órgão como aparelho repressor que atuou nos mais diversos âmbitos da sociedade colonial. Refletindo a necessidade de aliar a produção do conhecimento ao Ensino de História, utilizamos fragmentos da fonte documental “Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769)” como instrumento metodológico na Educação Básica e, conseqüentemente, levamos para a sala de aula uma temática pouco abordada nas produções didáticas: a presença do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição no Brasil Colonial. Aproximar o aluno do “fazer histórico” é uma tentativa de contagiá-lo para o aprendizado de História porque este determina a sagacidade com a qual o sujeito orientará sua vida e com maestria construirá uma identidade histórica coerente e estável. Neste sentido, conforme afirmação de Jörn Rüsen (2010) a frase *historia vitae magistra* ganha nova perspectiva permitindo à pesquisa a orientação do ensino/aprendizagem com objetivos de interpretações históricas que propiciam significados pessoais para o jovem alunado.

Para Rüsen, “a narrativa é a face material da consciência histórica”. Entende-se que a narrativa é a forma usual para a produção historiográfica e estas podem surgir em diferentes escolas. Ao analisarmos uma narrativa histórica temos acesso a forma como o autor estabelece sua relação com as fontes, bem como as diferentes leituras atribuindo importâncias e novos sentidos a história. Nesse sentido, a história espelhará “tácita ou explicitamente, um certo tipo de consciência histórica, isto é, as relações que seu autor encontra entre o passado, o presente e, eventualmente, o futuro, no plano social e individual”. Não por acaso, estudiosos de Jörn Rüsen o aproximaram das ideias pedagógicas do brasileiro Paulo Freire no que concerne “à passagem da consciência ingênua para a consciência crítica, movimento este responsável por mudanças que educadores e educandos explicitam em sua compreensão do mundo” (SCHMIDT et al, 2011, pp. 12- 13).

Por largo tempo a concepção de cultura foi elitista e de forma crescente uma noção de “civilização” assumiu espaço na sociedade. O reverberar da consciência crítica afastada da ingenuidade permitiu um distanciamento “das singularidades de



classe ou gênero como categorias conceituais e organizacionais básicas” o que resulta em um novo posicionamento do sujeito, conscientes da “raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual”. Estes sujeitos reivindicam “pretensão a identidade no mundo moderno”. Sem desconsiderar as dificuldades da pretensão inovadora de transpor as originais subjetividades para o conceito de cultura, é necessário construir articulações para objetivar essas diferenças; é necessário dar início “a novos signos de identidades e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade” (BHABHA, 2014, p. 20). Considerando a nova concepção de História Cultural, analisamos algumas confissões que nos revelam o “cuidado religioso” europeu com o “novo cristão da terra” – pretos, indígenas, mamelucos, mulatos, libertos ou escravos, inquiridos segundo denúncias por práticas consideradas heréticas no século XVIII.

Nesta perspectiva, a pesquisa PIC desenvolvida nos períodos 2017-2018/2018-2019 foi instrumentalizada para aplicabilidade em sala de aula da Educação Básica em dois momentos: num primeiro momento, o trabalho desenvolvido fez parte da temática que se propôs o Subprojeto de iniciação à docência PIBID/História (Unespar – Campus de Paranavaí – PR) – “História da África e da Cultura Afro Brasileira: conhecendo nossas raízes”, temática que se respaldou na Lei 10.639/03 que estabelecem novas obrigatoriedades para as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, particularmente no que concernem os estudos da História da África e Cultura Afrodescendente. Uma preocupação que perpassa a abordagem em sala de aula como uma constituinte que deverá ser parte da formação da sociedade brasileira e que nos estudos da afro descendência deverão ser tratados como sujeitos da História; uma valorização das ideias e ideais da cultura afrodescendente presente na nossa sociedade. Aulas-oficinas foram planejadas e desenvolvidas junto aos alunos do 7º ano da Escola Estadual Curitiba do Município de Paranavaí/Pr, sob a supervisão da Professora de História da Educação Básica.

Num segundo momento, a pesquisa também possibilitou o planejamento de aulas que foram desenvolvidas com os alunos 7º ano da escola já supracitada no ano de 2018, como parte da disciplina de Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental II do curso de História da UNESPAR – Campus Paranavaí. Como resultado final, apresentamos aqui as experiências com as aulas realizadas, fruto da



instrumentalização da pesquisa para aplicabilidade em sala de aula, onde desenvolvemos no Ensino de História do Brasil Colônia o entendimento da multiculturalidade como parte da tríade Europa, África e América.

Objetivos/ Metodologia

Nosso objetivo foi trabalhar em sala de aula um tema pouco abordado nos livros didáticos: a presença Tribunal do Santo Ofício da Inquisição no Brasil Colonial ou América portuguesa tendo como alvo o “Novo Cristão da terra” – pretos, indígenas, mamelucos, escravos e/ou libertos pobres. Parcela excluída da sociedade colonial foram inquiridos segundo as confissões e as denúncias por práticas consideradas heréticas no século XVIII. Ao conferir visibilidade aos registros e imagens daquilo que se constitui a sociedade colonial em formação, abordamos dores, ressentimentos; diferentes estratégias de sobrevivência e resistência, bem como os reflexos de submissão de uma população cativa, negra, cafuza, mameluca e “mulata”.

Antes de escolhermos a turma que seria trabalhada a temática, fizemos uma análise de vários manuais didáticos para verificarmos qual série seria adequada para os desdobramentos da pesquisa em sala de aula. Analisando os livros didáticos para tal tarefa, constatamos uma abordagem simplista, limitada, omissa e superficial sobre a atuação deste órgão repressor no ambiente colonial. A atuação do Santo Ofício da inquisição não possui abordagem explícita para o continente americano e a narrativa e ilustrações sugerem algo limitado aos fiéis da Europa, particularmente aos Ibéricos – deixando a desejar qualquer menção às fontes documentais que revelam seu agir no Brasil colonial. Poucas são as informações referentes as visitações, as vítimas e meios punitivos. Percebemos o quanto a temática se encontra distante do contexto escolar nas aulas de História do Brasil, limitada ao âmbito acadêmico.

Duas produções didáticas foram selecionadas: “Estudar história; Idade Média e Idade Moderna” dos autores Reinado Seriacopi e Gislaine de Azevedo (2015), e “Vontade de Saber História” dos autores Marco Pellegrini, Adriana Dias Machado e Keilla Grinberg (2016), ambos, livros do 7º ano do ensino fundamental, série com a qual trabalhamos. A escolha dos livros mencionados para a série (7º ano) se deram pelo fato de que a abordagem dos capítulos nos ofereciam acesso e receptividade para os desdobramentos pretendidos na discussão da temática proposta. Quanto a atuação do Santo Ofício da Inquisição na América Portuguesa, apenas o Livro



“Vontade de Saber História” (2016) abordou o tema em um pequeno quadro numa breve descrição.

Tomamos como ponto de partida o capítulo 9: “A Europa moderna: reformas religiosas e absolutismo do livro de história “Vontade de Saber” (AZEVEDO & SERIACOPI, 2015). Apesar da ínfima abordagem sobre a atuação do Santo Ofício na América portuguesa, os livros propõem questões como, o choque cultural entre os dois mundos, as transformações ocorridas na Europa moderna (principalmente no âmbito religioso) e a ação do tribunal da inquisição durante o movimento da Contra - reforma – momento em que a igreja católica defendia-se com veemência da crise desencadeada pelo movimento da reforma no século XVI. Neste caso, os autores não transferiram para a América Portuguesa os reveses deste choque cultural com análise mais detidas dos “reais” objetivos da Visitação do Santo Ofício.

Para a elaboração de nossa aula, buscamos apoio em leituras de autores como Laura de Mello e Sousa (1986), Ronaldo Vainfas (1995), Anita Novinsky (1988), Daniela Buono Calainho (2008), Mario Sá (2008) entre outros. Num primeiro momento, nossas aulas tiveram o propósito de demonstrar como surgiu a inquisição e como se fortaleceu como instituição. Colocamos em debate a inquisição medieval e a inquisição moderna ibérica afim de facilitar a compreensão por parte dos alunos a respeito da atuação da Inquisição portuguesa na América.

O Avanço do protestantismo levou a igreja católica, em especial nos países ibéricos, a reafirmar ainda mais os antigos dogmas católicos e a combater comportamentos tidos como heréticos, ou seja: judaizantes, blásfemos bígamos, sodomitas, mouriscos, luteranos e feiticeiros – um reordenamento religioso, moral e social que encontrou na inquisição uma grande aliada. Findo século XV, ou seja, início do período moderno, criou-se na Espanha uma instituição inspirada nos moldes das que haviam funcionado na Europa no período medieval: o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. Em Portugal esta instituição seria introduzida meio século depois, ação que não se restringiu apenas ao reino, mas, se estendeu a todo Império Português.

Segundo Anita Novinsky, Espanha e Portugal estiveram “na vanguarda da perseguição às heresias em toda a época moderna” e nestes dois países teria alcançado seu apogeu de crueldade e justiça inquisitorial (NOVINSKY, 1988, p.12). Criado em 1536, com menos de um século de existência, o Santo Ofício português já



estenderia seus braços à América portuguesa no intuito de investigar acusações de heresias. Ao contrário do que muitos pensaram durante gerações, o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição atuou em diversos níveis da sociedade colonial, à saber: religioso, cultural, econômico e/ou político, interferindo intensamente na vida colonial por mais de dois séculos, recolhendo denúncias e confissões nos mais longínquos rincões brasileiros entre os séculos XVI e XVIII. O tribunal em sua forma física nunca foi introduzido no Brasil, mas seus tentáculos foram sentidos através das chamadas Visitações, cuja ações inquisitoriais presentes na Bahia e Pernambuco, ocorrida entre 1591 e 1595, inauguraria de modo efetivo e formalizado a atuação desse órgão como aparelho repressor para a colônia de além-mar.

Vainfas (1997) aponta a perseguição aos Cristãos-novos ou judeus convertidos ao catolicismo como suspeitos e acusados de praticarem judaísmo em segredo. Um traço peculiar das inquisições ibéricas e que aparecem nos autos respondendo pela maioria dos processos e execuções entre o último quartel do século XVI e segunda metade do século XVIII. Seguindo a lógica do Santo Ofício português, da península o principal alvo dos processos inquisitoriais eram os cristãos-novos, tanto no reino, quanto na colônia. Mas na América portuguesa o Santo Ofício, também, perseguiu diversas outras práticas tidas como heréticas, como por exemplo, as chamadas prática mágicas, estas seriam motivo de preocupação por parte das autoridades eclesiásticas na América Portuguesa.

No contexto colonial, as práticas mágicas eram naturalmente recursos aos quais a população da colonial recorria, passando a enxergá-las com certo temor somente quando o Santo Ofício da inquisição as identificaram com crimes contra a fé da Santa Madre Igreja Católica. Adivinhações, magias com fins amorosos, cura de doenças entre outros, eram práticas difundidas no cotidiano colonial como forma encontrada pelos indivíduos de resolverem anseios pessoais e problemas cotidianos tornando menos dura a vida naqueles tempos difíceis e cheio de limitações, principalmente entre as camadas mais pobres.

Mario de Sá (2011) considera que práticas de feitiçaria e magia eram praticadas no Brasil antes mesmo da chegada de europeus e africanos e tiveram continuidade com estes. As práticas de magia e feitiçaria serviam à diversos propósitos: à “resistência e a resignação, a doença e a cura, o amor e o ódio, e, tantos



outros fins, a feitiçaria se apresentava como explicadora, solucionadora ou lenitivo no cotidiano dessas sociedades” (SÁ, 2011, p. 56). Nos oitenta primeiros anos de colonização, magia e religiosidade popular mostravam-se semelhantes tanto na metrópole portuguesa quanto na colônia. Mas logo cedo já se delinearão traços específicos devido a diversidade do meio ambiente e das estruturas econômicas e sociais. A população da colônia cultivava uma religiosidade sincrética, mesclada de crenças europeias, ameríndias e africanas resultante da própria situação colonial. Para Laura de Mello e Sousa as práticas mágicas e religiosas já apresentavam traços marcadamente europeus, “a colônia brasileira, ao findar seu primeiro século de existência, já revelava face pluricultural, que se consolidaria durante o século XVII e se acirraria no século XVIII” (SOUSA, 1993, p. 56).

As fontes documentais presentes na fonte impressa apresentam ricas informações acerca dos povos, dos costumes e do cotidiano, em especial da população negra, indígena em um cenário heterogêneo, paradoxal, marcado pelas contradições da Idade Moderna, além de trazer à tona denúncias e confissões por práticas consideradas mágicas, aspectos que as visitas anteriores na Colônia não haviam enfatizado. Até esta Visitação do Santo Ofício, o que sobressaía nas visitas anteriores era uma atenção especial às suspeitas de judaísmo – delito de maior interesse do Santo Ofício Português como já citado. Em relação à natureza dos delitos inquiridos na Visitação ocorrida na Capitania do Grão-Pará, no século XVIII – terceira e última Visitação ao território luso-brasileiro –, observa-se uma maior incidência da categoria “feitiçaria, práticas mágicas e superstições”. O rol de depoimentos ao visitador Giraldo José de Abranches relacionadas a práticas mágicas na capitania do Grão-Pará sugere com eloquência o quão essas práticas se achavam enraizadas na vida cotidiana das populações na colônia no século XVIII e o quão perturbador se tornara para os inquisidores.

Diante da diversidade de práticas mágicas recorrentes no ambiente colonial, objetivamos focar nossas aulas nas práticas de curandeirismo, uma vez que acreditamos ser tema que certamente se inseria no universo cultural de muitos alunos por ser prática recorrente em muitas regiões do Brasil, nos dias de hoje.

Através das confissões e denúncias identificadas na fonte impressa organizada por Amaral Lapa (1978), podemos constatar que havia uma grande



incidência de práticas mágicas de cura na Capitania do Grão-Pará no século XVIII. Neste caso, os praticantes – rezadores, curandeiros, benzedores – teriam sido alvo da inquisição portuguesa acusados de serem bruxos e feiticeiros. Laura de Mello e Sousa (1986) considerou os africanos, junto com os indígenas e mestiços os grandes curandeiros do Brasil colonial, dado a habilidade que tinham na manipulação das misturas de ervas “e de procedimentos rituais específicos a seu universo cultural”, conhecimentos que eram atrelados “ao acervo europeu da medicina popular” (SOUSA, 1986, p. 122).

As adversidades climáticas, as doenças resultantes do encontro entre os três continentes, o trabalho compulsório imposto, a escassez de profissionais da medicina e hospitais contribuíram para a precariedade da saúde da população colonial. As doenças não poupavam nenhuma classe social; negros, índios, brancos e mestiços, pobres ou ricos, “nem mesmo os profissionais de saúde” (Sá, 2009, p.326). Sendo assim, a importância do personagem curandeiro estava justificada durante o período colonial. A escassez de médicos e hospitais por si só já era argumento suficiente para tamanha força das práticas curativas que se apoiavam em saberes europeus, ameríndios e africanos. Muitos curandeiros negros, assim como os indígenas, utilizavam em rituais de cura por exemplo, elementos ligados ao culto cristão como a água benta, orações, terços, cruzes, invocação de santos católicos, dentre outros – revelando um “sincretismo” mágico-religioso e cultural. Parcela significativa do curandeirismo foi objeto de perseguição por parte do tribunal inquisitorial português e os personagens tidos como feiticeiros.

Nosso plano de aula apoiou-se em fragmentos da fonte impressa o “Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769)” – uma compilação dos documentos inquisitoriais produzidos na sociedade paraense nos Autos da Visitação. Selecionamos alguns relatos contidos no livro/fonte, organizado por Amaral Lapa (1978), para serem analisados durante a aula. O primeiro excerto extraído da fonte impressa foi o caso da inquirida “mameluca Domingas Gomes da Ressurreição”, ex-escrava, que procurou o visitador para confessar a prática de orações de cura, além do conhecimento da cura para “quebranto”, “mau-olhado”, “erisipela” e “ar nos olhos”; o segundo excerto é do inquirido “preto José”, escravo de Manoel de Sousa, acusado por prática de curandeirismo à base de preparo com ervas



e rituais; por último o relato do inquirido índio Antônio, mezinheiro, denunciado por prática de curandeirismo onde o mesmo utilizava beberagens a base de raspas de cascas e raízes de árvores também atrelado a rituais de origem.

Para além da miscigenação, no convívio se constituíram hábitos, costumes, comportamentos que alinhavam diversos valores. A nova compressão que nos é dada pela abordagem da História Cultural nos permite outra compreensão das relações multiétnicas entre o europeu, o índio e o africano, revelando a capacidade extraordinária dos povos indígenas e africanos de reformularem suas culturas, mitos e ajustá-los a nova realidade imposta pelo colonizador europeu. Autores como Laura de Mello e Sousa e Ronaldo Vainfas mostrou-se fundamental para a compreensão das relações multiétnicas e conflituosas entre europeu, indígena e africano durante o processo de ocupação colonizadora e no contexto em que se insere os documentos em análise. Tais autores situam na História de nosso país o lugar de uma população indígena, negra, cafuza e mameluca, abordando anseios, angustias, ressentimentos, reflexos de submissão e as diversas formas de resistência e sobrevivência de uma população pobre da América portuguesa em processo de colonização e formação social.

Para os negros escravos nascidos ou residentes no Brasil colonial, as práticas mágicas também foram ações pelas quais esses indivíduos readaptaram no cotidiano como formas de resistência e sobrevivência. Segundo a historiadora Daniela Buono Calainho, muitos escravos obtiveram nas práticas de curandeirismos ou feitiçarias mecanismos que os poupavam das “agruras do cativo”. Alvos da ira senhorial “desvencilharem-se dos castigos e livrarem-se de maus tratos, resistindo quotidianamente à sua condição. Foi a feitiçaria uma alternativa a mais para aliviar as tensões entre senhores e escravos”. As ameaças de adoecer seus senhores provocando-lhes “um mal mais direto eram ações que também compunham o leque de manifestações dos escravos [...] Estava em jogo sobretudo uma questão de sobrevivência” (CALAINHO, 2004, p. 53).

Sousa na obra “Desclassificados do ouro” (1986), chama a atenção para as denúncias de feitiçarias e feiticeiros negros entre a população pobre e marginalizada de Minas Gerais. Tais comportamentos aparecem nas Devassas Eclesiásticas como práticas cotidianas impregnadas de magismo e bruxarias. As crenças e devoções dos



africanos configuravam-se assim como um conjunto de práticas mágicas vista pela igreja como magia, uma vez que estariam sob as influências sobrenaturais ou pacto com o demônio. Este conjunto de práticas se dava como tentativa de resposta à uma série de anseios e problemas cotidianos desses indivíduos: a melhoria de suas condições de existência – sobretudo para os escravos – a cura de doenças, a manutenção da saúde, a segurança física e emocional, desejos de vingança e proteção espiritual.

Resultados

Por meio das fontes impressas e o embasamento teórico historiográfico foi possível demonstrar aos alunos da educação básica o papel social dos praticantes da magia e da cura na conjuntura da Visitação do século XVIII à América portuguesa; a figura do curandeiro como sujeito histórico, bem como a sua relação com diversos segmentos da sociedade – homens ou mulheres livres, forros, escravos, indígenas e/ou europeus –; a coexistência e as interações culturais entre práticas africanas, indígenas e europeias; o papel do negro, mulato, escravo ou “forro”; a interação do indígena com um ecossistema que tão bem conhecia e ainda, as superstições e os medos medievais que pra cá se transferem juntamente com o colonizador europeu. Todo esse processo de interação se constitui fatores decisivos que delineiam o perfil cultural da sociedade brasileira.

Tanto nas aulas realizadas como parte do subprojeto PIBID quanto aquelas desenvolvidas como parte da disciplina de estágio supervisionado, durante o desdobramento da abordagem proposta observou-se uma satisfatória e contínua participação com interação dos alunos de forma mútua. A cada fato exposto suscitavam um questionamento, bem como um desejo em contribuir com relatos de seu cotidiano que iam ao encontro dos objetos e objetivos propostos no plano de aula. Conseguimos, por exemplo, levar para a sala de aula elementos que faziam parte das práticas de curandeirismo daquele período traçando um paralelo com os dias atuais. Exibimos também uma matéria (em vídeo) feita pelo G1 em 2014 sobre benzedadeiras de comunidades negras de Alagoas que ainda mantêm a prática da tradição de cura, através de práticas medicinais fitoterápicas da cultura popular, misturando crenças e o uso de ervas com o conhecimento de fitoterápicos herdados por uma longa prática de comportamentos das tradições culturais regional.



Desta forma podemos salientar a vigência de tais práticas ainda no século XXI; práticas culturais bastante presente na atualidade de nossa sociedade. Em contrapartida foi possível ressaltar o preconceito ainda existentes por meio daqueles que discordam de ações e práticas religiosas contrárias à sua fé. Nosso intuito foi conduzir o debate crítico sobre a formação de uma sociedade resultante do encontro de três continentes. Na análise e reflexão da formação da sociedade brasileira apresentamos sujeitos históricos marginalizados pelo Santo Ofício e procuramos auxiliá-los em relação à desconstrução de ideias que divergem do respeito às diferenças; refletimos sobre pensamentos e ações que nos tornam pessoas empáticas no tocante a conviver com as diferenças. Em suma, houve contribuição satisfatória no que se refere à compreensão dos alunos sobre o tema proposto visto que foi possível impactá-los e na sequência debater sobre o passado e a atualidade. Vários foram os relatos de alunos que narraram experiências de contato com pessoas que fizeram uso de práticas que no ambiente colonial seriam consideradas mágicas.

A aluna “M”, de 12 anos, disse que após sua bronquite estar atacada, sua avó lhe aconselhou a procurar uma benzedeira, mas sua mãe não a levou e disse que sua bronquite só seria curada através da medicina científica – o que demonstra certo receio de pessoas diante de tais práticas. A mesma aluna também disse: “minha mãe foi uma vez em um rio e um mosquito a picou e a sua pele começou a ficar inchada. Ela foi ao médico e não curava aí mesmo ela não acreditando foi a uma benzedeira que lhe deu um líquido para passar na pele, só que não podia falar o que era e com pouco tempo curou”. Interessante foi o fato da mãe de Mariana não querer levá-la a uma benzedeira devido a sua bronquite, mas ter apelado a uma para resolver o inchaço causado pela picada do inseto por não conseguir resultado com medicina científica; curioso é ainda preservar-se a mística e o mistério do “não revelado”.

A aluna “T”, de 13 anos também contribuiu com um relato e disse: “eu tenho um irmão bebê. Quando ele saiu da Santa Casa passou alguns dias e deu um monte de bolinhas vermelhas no corpo dele. Aí minha mãe me mandou pegar folhas de *erva-picão pra* ela dar banho nele. Aí começou a melhorar as manchas e sumir do corpo dele quando minha mãe dava banho nele com o chá de *erva-picão*”.

A aluna “J”, de 14 anos, também relatou: “olha, meu avô conhece bem o assunto! Eu não saía do hospital, sempre internada e dependente de inalação, de



remédios. Certo sábado fui a Alto Paraná na casa da minha tia e eu estava com a bronquite atacada e meu avô mora perto. Ele me ofereceu ajuda, me disse que sabia de uma simpatia e perguntou se eu topava. Eu topei na hora. Ele cortou um pedacinho do meu cabelo e fez um furo na arvore da minha altura e pôs o cabelo. Disse que depois que eu passasse da medida, ou seja, crescesse, iria curar para sempre. Ele também disse que não podia falar para ninguém umas palavras que eu não entendi. Enfim, deu certo”. Também disse: “minha mãe colocava uma fitinha vermelha no meu braço para espantar mal olhado. ”

Um relato sobre prática de adivinhação contido no livro de Amaral Lapa (1978) também foi analisado durante a aula além dos relacionados à cura. A prática de adivinhação era associada à feitiçaria e tinha como finalidade detectar o paradeiro de objetos sumidos. Logo, a aluna “M” se dispôs a falar sobre sua experiência: “um dia eu estava na casa da minha avó e sumiu um molho de chave e não achávamos. Vi minha avó colocando um copo de boca pra baixo e perguntei para que aquilo. Ela disse que era *pra* achar o molho de chave e demorou só um pouco e achamos em cima da cama. E olha que já tínhamos procurado lá”.

Considerações finais

Assim, a pesquisa instrumentalizada para aplicabilidade em sala de aula da Educação Básica possibilitou trabalhar um tema pouco abordado nos livros didáticos de História. As denúncias e confissões por práticas mágico-religiosas investigadas pelo Santo Ofício na América portuguesa permitem compreender comportamentos e hábitos que alinhavam os mais diversos valores e assim demonstrar que a América portuguesa foi palco de readaptação e forjamento de uma nova identidade social, cultural e religiosa incorporando elementos europeus, indígenas e africanos – caracterizando a formação da nossa sociedade.

Na ação educativa estabelecemos o lugar ou dispositivo com o qual transformamos a experiência que temos individualmente para transformá-las na compreensão das representações de diferentes épocas para pensarmos nosso presente como “heranças e rupturas”. Trabalhado em sala de aula, podemos compreender e demonstrar aos alunos como as práticas populares, em especial as de cura, atravessaram a História de nosso país, fruto da convergência das culturas europeias com aquelas praticadas pelos nativos e pelos povos africanos



escravizados. Operações simbólicas e significações culturais forjadas no contato de três continentes: América, Europa e África.

Fonte Impressa:

LAPA, José Roberto do Amaral. **Livro da Visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769)**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978 (Coleção História brasileira).

Livros Didáticos:

AZEVEDO, Gislaine de & SERIACOPI, Reinado. **Estudar História: Idade Média e Idade Moderna**. Projeto Teláris. Ensino Fundamental II. Pinheiros, São Paulo: Editora Ática. 2015.

PELLEGRINI, Marco Cesar; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keilla. **Vontade de Saber História**. Ensino Fundamental, 7º Ano. Londrina, Pr: Editora FTD Educação, 2016.

Referência Bibliográfica:

BHABHA, K. Homi. **O Local da Cultura**. Tradução: Myrian Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

CALAINHO, Daniella Buono. **Africanos Penitenciados pela Inquisição Portuguesa**. Revista Lusófona de Ciência das Religiões – Ano III, 2004/ nº5/6 – 47-63.

COSTA, Waldson. **Benedeiras de comunidades negras de Al mantêm tradição da cura pela fé**. Disponível em <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2014/08/benedeiras-de-comunidades-negras-de-almantem-tradicao-da-cura-pela-fe.html>
Acesso em: 04 de setembro de 2017.

NOVINSKY, Anita. **Análise crítica da historiografia a sobre a Inquisição**. In. **Estudos inquisitoriais: história e historiografia**. Org. Marco Antônio Nunes da Silva, Suzana Maria de Sousa Santos Severs - Cruz das Almas/BA: UFRB, 2019.

NOVINSKY, Anita. **A inquisição**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica**. Tradução: Asta-rose Alcaide. Brasília: Editora Brasiliza, UNB, 2010.

SÁ, Mario. **Feitiçaria de ganho no Mato Grosso Setecentista**. Mneme – Revista de Humanidades, 11 (29), 2011 – jan/julho.

SÁ, Mario. **O Universo Mágico das Curas: o papel das práticas mágicas e feitiçarias no universo do Mato Grosso setecentista**. REVISTA HISTÓRIA, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro. v.16, n.2, abr.-jun. 2009, p.325-344.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende. **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

SOUSA, Laura de Mello. **Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1986.



SOUSA, Laura de Mello. **Inferno Atlântico: Demonologia e colonização séculos XVI-XVIII.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOUSA, Laura de Mello. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. **A Heresia dos Índios: Catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997